

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 4.082.949 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 45.538.110 mil, Ativos Totais de R\$ 48.391.256 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme

previsto em seu estatuto social. Em 2020 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.348.577 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
ATIVO	2020	2019	
CIRCULANTE	1.412.350	1.459.937	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	302.903	113.137	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	319.696	151.856	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	-	1.033.520	
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	789.358	161.071	
Outros Créditos.....	393	393	
NÃO CIRCULANTE	46.978.906	42.720.569	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	1.748.425	871.367	
Valores a Receber (Nota 10).....	828.096	805.794	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19g).....	1.424.951	1.281.039	
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	1.476.833	1.293.975	
Créditos Tributários (Nota 19c).....	552.592	479.448	
Investimentos (Nota 11).....	40.948.009	37.988.946	
TOTAL	48.391.256	44.180.546	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2020	2019	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.950.169	5.194.039	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	4.121.270	4.940.369	
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(129.131)	(186.080)	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(41.970)	(22.446)	
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	3.950.169	5.194.039	
RESULTADO FINANCEIRO	118.057	462.196	
Receitas Financeiras (Nota 17).....	272.593	584.051	
Despesas Financeiras (Nota 17).....	(154.536)	(121.855)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.068.226	5.656.235	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19).....	14.723	(4.278)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.082.949	5.189.761	

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas

(expresso em R\$ por ação)	2020	2019
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b).....	0,52	0,66

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2020	2019	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	4.068.226	5.194.039	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(4.121.270)	(4.940.369)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras.....	12.424	(222.873)	
Lucro Líquido Ajustado	(40.620)	30.797	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros.....	43.974	2.999.196	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações.....	(146.389)	(425.623)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(54.467)	(118.896)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(197.502)	2.485.474	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	551.533	4.054.763	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	551.533	4.054.763	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(177.919)	(6.604.628)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(177.919)	(6.604.628)	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)	
Início do Exercício.....	113.137	174.622	
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....	13.654	2.906	
Fim do Exercício.....	302.903	113.137	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendem ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujo os objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

g) Agio (*Goodwill*)

O agio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticidade certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, esta apresentada na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

(iii) Cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
	Capital social			ON	PN		2020	2019	2020	2019
	Bradesco (1).....	79.100.000		146.244.752	15.836.862		2.008.524	1.067	22,66	33.132.487
NCF Participações S.A. ("NCF") (1).....	8.914.795	15.245.556	1.012.390	1.259.587	-	39,51	6.023.413	5.709.850	393.943	371.713
Bradespar (1) (2) (5).....	4.100.000	11.254.811	1.467.052	44.883	301	12,98	1.461.192	1.241.269	185.179	(56.026)
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1).....	336.100	581.952	14.715	49.488	-	50,00	290.976	290.619	7.357	15.819
Agio - Titanium (4).....	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Agio - Bradesco (4).....	-	-	-	-	-	-	4.416	4.416	-	-
Total							40.948.009	37.988.946	4.121.270	4.940.369

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2020;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) Agio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(5) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (*holding* de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Reservas de Lucros		2020	2019
	Estatutária para o aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
CIRCULANTE			1.126.962	41.775
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19h).....	-	-	3.899	4.655
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a).....	-	-	1.054.287	14.235
Outras Obrigações.....	-	-	6.450	2.163
Passivos Financeiros (Nota 13).....	-	-	62.326	20.722
NÃO CIRCULANTE			1.726.184	1.547.892
Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 19e).....	-	-	137.555	113.520
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b).....	-	-	1.588.629	1.434.372
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			45.538.110	42.590.879
Capital Social.....	-	-	22.000.000	22.000.000
Reservas de Lucros (Nota 14d).....	-	-	20.820.801	18.086.429
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	2.717.309	2.504.450
TOTAL			48.391.256	44.180.546

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Estatutária para o aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.000.000	1.487.300	18.206.663	85.526	1.086.450	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	5.189.761	5.189.761
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	1.418.000	1.418.000
Resultados Abrangentes do Exercício						6.607.761
Cancelamento de Ações.....	-	-	(1.655.662)	-	-	(1.655.662)
Deliberação de Dividendos Extraordinários com Reservas.....	-	-	(3.194.000)	-	-	(3.194.000)
Destinações: - Reservas.....	-	259.488	2.897.114	-	(3.156.602)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(2.033.159	

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 1.476.833 (2019 - R\$ 1.293.975). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e passíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
No início do exercício	1.434.372	1.190.650
Atualização monetária	34.037	57.656
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	120.220	186.066
No final do exercício	1.588.629	1.434.372

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2020, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 55.546, do qual R\$ 47.820 refere-se a cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ e CSLL gerados em exercícios anteriores.

13) PASSIVOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de swaps no montante de R\$ 62.326 (2019 - R\$ 20.722) com vencimento em abril de 2021.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ordinárias	7.841.959.524	7.841.959.524
Total	7.841.959.524	7.841.959.524

Em Assembleia Geral Extraordinária e Especial de 25 de fevereiro de 2019, aprovou-se a alteração do Estatuto Social para a conversão voluntária de ações ordinárias em ações preferenciais resgatáveis classe "A" de emissão da Companhia, na relação de uma ação ordinária para cada 0,868188689 nova ação preferencial classe "A".

Desta forma, foi aprovada a conversão voluntária de 373.443.412 ações ordinárias em 324.219.346 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, todas de titularidade de acionistas, e a devolução de parte do Capital da Companhia aos detentores da totalidade das ações preferenciais resgatáveis classe "A", correspondente ao cancelamento da totalidade das 324.219.346 ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.082.949	5.189.761
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.841.960	7.904.200
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,52	0,66

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reserva de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e liberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas está o direito de receber juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	4.082.949	
Reserva legal	(204.147)	
Base de cálculo ajustada	3.878.802	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	1.348.577	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(130.606)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	1.217.971	31,4
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019	1.836.106	37,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) Inclui JCP Complementar deliberado em 23 de dezembro de 2020, pago em 07 de janeiro de 2021; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTARIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Contribuição à Cofins	106.318	153.681
Contribuição ao PIS	22.808	32.385
Outras	5	14
Total	129.131	186.080

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Despesas de pessoal	41.330	18.385
Serviços de terceiros	118	3.896
Editais e publicações	143	165
Outras	379	-
Total	41.970	22.446

17) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	65.760	30.082
Variação monetária ativa	56.109	281.790
Rendimento de aplicações em letras financeiras	54.698	97.556
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	38.092	32.783
Juros ativos	30.861	39.728
Rendimento sobre aplicações financeiras	17.372	52.175
Outros	9.701	49.937
Total	272.593	584.051

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Despesas financeiras		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(79.697)	(37.654)
Juros passivos	(34.131)	(57.814)
Variação cambial passiva	(29.124)	(25.126)
Outros	(11.584)	(1.261)
Total	(154.536)	(121.855)
Resultado financeiro	118.057	462.196

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	Total	2019
Ativos										
Caixa/Disponibilidades	-	-	7.329	-	-	-	156.903	109.749	164.232	109.749
Aplicações financeiras	-	-	2.058.689	2.037.972	-	-	9.432	18.771	2.068.121	2.056.743
Valores a receber de ligadas	828.096	805.794	-	-	-	-	-	-	828.096	805.794
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	789.358	161.071	-	-	-	-	789.358	161.071
Passivos										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	62.326	20.722	-	-	-	-	62.326	20.722
Juros sobre capital próprio a pagar	889.276	11.997	-	-	165.011	2.238	-	-	1.054.287	14.235
Total										

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	Total	2019
Receitas/(Despesas) de juros/outras	22.302	45.378	(41.605)	178.748	-	-	36.635	4.956	17.332	229.082
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(1.124.191)	(1.692.563)	1.332.766	1.785.960	(224.387)	(340.596)	-	-	(15.812)	(247.199)
Receitas/(Despesas) de aplicação	-	-	58.637	144.334	-	-	1.184	3.811	59.821	148.145

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium; e

(3) Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 27.120 para remuneração dos Administradores e de R\$ 26.050 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	16.570	10.636
Total	16.570	10.636

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	24.760	7.749
Total	24.760	7.749

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

19) DEMONSTRAÇÃO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.068.226	5.194.039
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3h)	(1.383.197)	(1.765.973)

Efeito no cálculo dos tributos:

Participação em controladas, coligadas e empresas com influência significativa	1.401.232	1.679.728
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.105)	(2.108)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(453.141)	(607.227)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	458.516	691.274
Outros valores	(754)	31
Imposto de renda e contribuição social do exercício	14.723	(4.278)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(31.981)	(85.658)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	46.704	84.377

Utilização de saldos iniciais de:

Constituição/Realização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa	-	(2.997)
Total dos impostos diferidos	46.704	81.380
Imposto de renda e contribuição social do exercício	14.723	(4.278)

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--

Imposto de renda e contribuição social do exercício

--	--	--